



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE FILOSOFIA**

MARLI SOUTO BRASIL

A FUNÇÃO DE DEUS NA OBRA *DISCURSO DO MÉTODO* DE DESCARTES

**CAMPINA GRANDE - PB
2018**

MARLI SOUTO BRASIL

A FUNÇÃO DE DEUS NA OBRA *DISCURSO DO MÉTODO* DE DESCARTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna.

Orientador: Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B823f Brasil, Marli Souto.
A função de Deus na obra discurso do método de Descartes [manuscrito] / Marli Souto Brasil. - 2018.
23 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho. ,
Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC."
1. Discurso filosófico. 2. Deus. 3. Conhecimento. 4.
Filosofia moderna. I. Título

21. ed. CDD 101

MARLI SOUTO BRASIL

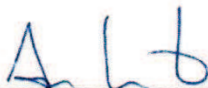
A FUNÇÃO DE DEUS NA OBRA *DISCURSO DO MÉTODO* DE DESCARTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

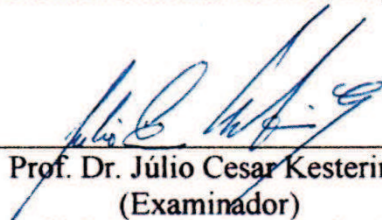
Área de concentração: Filosofia Moderna.

Aprovada em: 19/11/2018.

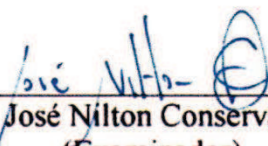
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho
(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Júlio Cesar Kesting
(Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda
(Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico esse meu trabalho ao meu irmão Vaumir
(in memoriam), por quem parei e por quem recomecei,
por quem respiro a cada amanhecer.

A quem tenho toda admiração, e a certeza que um
dia iremos nos encontrar, e que é nessa certeza de nosso
reencontro que busco a cada dia o conforto em sua ausência.

Obrigada por ter feito parte de minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus, pelo o dom da vida, pela força durante toda esta caminhada. Por ter me dado saúde, paz, fé e coragem, e me permitir estar aqui concluindo esse objetivo.

A Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que me proporcionou estudar nessa instituição a qual tenho total admiração. Ao Curso de Licenciatura Plena em Filosofia, parte fundamental na minha formação. A todos os professores e professoras que me proporcionaram o saber na Filosofia através de seus conhecimentos, e que me fizeram uma pessoa melhor na busca de novos horizontes.

Ao meu orientador Professor Dr. José Arlindo de Aguiar Filho, por ter me aceito como orientanda, e a quem admiro como profissional e pessoa que é. Pelo suporte no pouco tempo que lhe coube para me incentivar durante todo o período de estudo e pesquisa na elaboração desse trabalho. Ao Professor Dr. Júlio Cesar Kesting e Professor Dr. José Nilton Conserva de Arruda que participaram da banca examinadora do meu trabalho.

As secretárias Kallina Jales, Deise Luci e Edvânia. Profissionais dedicadas e eficientes em seu trabalho, facilitando sempre o contato professor aluno. A todos os funcionários da UEPB desde o Reitor Professor Dr. Antônio Guedes Rangel Junior aos auxiliares de limpeza pela presteza e atendimento quando necessário.

A minha família, minha mãe Maria José e meu pai João, que me incentivaram e acolheram a cada retorno, entendendo a minha ausência em nosso convívio familiar. Aos meus Irmãos (as), Neli, Vaumir (in memoriam), Valdeir e Gilberto, que sempre juntos partilhando de nossos sabores e dissabores que a vida nos proporciona. Aos meus avós Ignácio e Rita, Francisco e Maria (in memoriam), pelo exemplo de vida que me transmitiram. Aos meus cinco sobrinhos (as), Bruno, Diego, Sara Rebeca, Sther Giovanna e Maria Rita, que com alegria e inocência me fazem pensar que ainda existe um mundo melhor para a educação escolar, e que devemos acreditar que vale sim, apenas estudar. Ao meu cunhado Valdo (in memoriam), pessoa muito especial para mim.

Aos meus colegas de sala de aula, aqueles companheiros desde o primeiro dia que chegamos para cursar o primeiro período 2014.1 e aqueles que chegaram depois e fomos nos familiarizando. Pela partilha das horas intermináveis no caminho da graduação, dividindo nossas incertezas, alegrias e conquistas a cada ano que tivemos juntos. Em especial: Franklin, Rafael Luan, Lindaelmas, Rosineide, Alcyone e Carlos. Muito obrigada e por certeza teremos outros momentos iguais para compartilharmos novas experiências e aprendizados.

Enfim, a mim mesma, por ter tido a coragem de ingressar em um curso superior depois de tantos anos fora de sala de aula, mas que acreditei, fui firme e consegui.

“Para examinar a verdade, é necessário, uma vez na vida, colocar todas as coisas em dúvida o máximo possível.”

René Descartes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A DÚVIDA E O <i>COGITO</i>	10
3. O MÉTODO E DEUS	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	25

A FUNÇÃO DE DEUS NA OBRA *DISCURSO DO MÉTODO* DE DESCARTES

Marli Souto Brasil¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar por que o filósofo francês René Descartes (1596 - 1650) tenta demonstrar a existência de Deus após provar a existência do Sujeito no *Discurso do método* (1637). Para fazer isso, ele usa alguns trabalhos dos comentadores de Descartes e o próprio livro deste. Este trabalho mostra que o filósofo francês precisa provar a existência de Deus para assegurar a objetividade do conhecimento que o sujeito possui. Em outras palavras, Deus serve como uma ponte entre o Sujeito e o mundo externo. Assim, este Deus de Descartes serve também para possibilitar todo o conhecimento científico.

Palavras-Chave: Deus. Método. Conhecimento.

1. INTRODUÇÃO

Na sua obra *Discurso do método* (1637), o filósofo francês René Descartes (1596-1650) faz uma crítica ao seu conhecimento adquirido desde criança até a vida adulta, porque nele não encontrava nenhuma certeza. Por isso, busca essa certeza onde possivelmente ela possa ser encontrada. Descartes defende que todos os homens nascem igualmente com o bom senso, ou a razão, e que não é sua falta, mas o seu mau uso que faz com que as pessoas tenham opiniões e errem. Ele propõe um método para guiar a razão até uma verdade que ele considere indubitável (DESCARTES, 1996, p. 22-23), ou seja, que não pode ser duvidada. Para achar essa verdade, ele procura duvidar de absolutamente tudo (DESCARTES, 1996, p. 37). Ele descobre que aquilo que primeiramente não pode ser duvidado é a existência do pensamento. No “Penso, logo existo” (DESCARTES, 1996, p. 38), Descartes encontra a primeira verdade de sua nova filosofia. Logo depois de descobrir essa existência, que ele considera como a existência da alma humana, Descartes passa a provar a existência de Deus.

É estranho pensar que ele, considerado o primeiro filósofo da modernidade, e que viveu na época posterior à medieval, recorra tão rapidamente a essa existência. De fato, a existência de Deus parece ter um papel importante na filosofia de Descartes. Além disso, na Idade Moderna o foco passa a ser homem, e não mais Deus, como era na Idade Medieval. Por que então Descartes parece agir como um filósofo medieval tentando provar a existência de

¹Aluna de Graduação em Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: marlibrasil2016@gmail.com

Deus? O que tem a ver a existência de Deus com o conhecimento humano? Que tem a ver essa existência com o pensamento humano e com o mundo? E com o método? O método seria suficiente para alcançarmos o conhecimento verdadeiro e indubitável ou Deus tem um papel nisso? Portanto, investigaremos qual o papel de Deus no *Discurso do método*. Interessa-nos mais saber *por que* Descartes recorreu à existência de Deus (DESCARTES, 1996, p. 39-41) do que *como* ele, segundo ele mesmo, provou essa existência. Além disso, pretendemos analisar isto apenas no *Discurso do método*, e não em outras obras dele.

O presente trabalho está estruturado de modo a apresentar, primeiramente, o percurso argumentativo pelo qual Descartes passou até chegar à descoberta do *cogito*. Não levamos em conta a “Terceira Parte” do *Discurso* porque nela Descartes se refere a problemas morais, enquanto o foco do nosso trabalho é a importância de Deus para o conhecimento. Em seguida, explicaremos efetivamente qual a necessidade de Deus para o método e o conhecimento humano. Conforme procuraremos deixar claro no término desse artigo, Descartes apresenta Deus como aquilo que possibilita o próprio conhecimento humano. Ele defende que Deus é o criador do homem e do mundo, e que é Ele que coloca a alma racional no humano. Somente por conta dessa alma o ser humano pode pensar. E como o primeiro conhecimento verdadeiro está no próprio pensamento e não no mundo externo alcançado pelos sentidos, todo o conhecimento verdadeiro será retirado do próprio sujeito. Mas Descartes sabe que não pode se manter apenas no pensamento. Como o seu conhecimento seria aplicado para o mundo? Deus se torna, então, necessário para fazer essa ligação entre o mundo e as ideias no pensamento do sujeito.

2. A DÚVIDA E O *COGITO*

O *Discurso do método* é, antes de tudo, um relato de seu autor de como chegou a certas conclusões e como elas poderiam ser proveitosas para seus contemporâneos. Descartes concluiu, primeiramente, que o conhecimento humano precisa ser completamente revisado, desde suas bases, porque não havia nele nada que pudesse com toda a certeza possível ser dito como verdadeiro. Uma das principais causas para a incerteza de nosso conhecimento é a multiplicidade de opiniões diversas que o cria, em diferentes lugares, em diferentes épocas. Poderíamos pensar que as pessoas têm pensamentos diferentes sobre as coisas porque umas teriam mais bom senso ou razão do que as outras. Nesse sentido, quem tivesse mais bom senso, estaria mais certo sobre as coisas, isto é, teria um conhecimento mais verdadeiro. Mas, o posicionamento de Descartes é outro:

“[...] a diversidade de nossas opiniões não decorre de uns serem mais razoáveis que os outros, mas somente de que conduzimos nossos pensamentos por diversas vias, e não consideramos as mesmas coisas. Pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem” (DESCARTES, 1996, p. 5).

Sendo todos os seres humanos donos de uma mesma quantidade de razão, o que importa, então, não é ter ou não razão, mas como guiá-la até a verdade. O conhecimento humano até agora foi produzido por meios variados, uns mais seguros do que outros. Mas, o que Descartes avista de mais importante é que, até então, nunca foram pensados, com a importância devida, esses meios pelos quais nos guiamos até a verdade. Se tivermos um método que nos guie de maneira segura, evitando todo erro possível, poderíamos alcançar as verdades e construir, em conjunto, um conhecimento seguro.

Contudo, não haveria algum tipo de conhecimento que para Descartes se mostrasse como uma certeza? Descartes começa seu relato justamente falando sobre em que ciências fora educado. Decepcionou-se com o pouco conhecimento “claro e distinto” que possuía quando concluiu as letras numa das melhores universidades da Europa, ainda que lesse tudo o que podia. A leitura de inúmeros e diferentes livros foi proveitosa, e é recomendado pela alteridade, mas dela se tira facilmente várias conclusões precipitadas e exemplos de vida que não funcionam na vida real. Ao fazer críticas pontuais à aprendizagem das artes literárias, da teologia, da filosofia e dos “escritos pagãos” sobre costumes, Descartes deixa em pé e firme apenas a matemática, ou ao menos a base sólida que ela pode proporcionar enquanto fundamento para algo novo. Na verdade, esta é sua grande crítica a todas as outras ciências que “tiram seus princípios da filosofia”: a falta de base sólida, de certezas (DESCARTES, 1996, p. 8-13).

Então, com a sua insatisfação, ele começou a viajar, conhecendo pessoas, lugares e culturas: ele foi “experimental-[se] a [si] mesmo nos encontros que o acaso [lhe] propunha” (DESCARTES, 1996, p. 13). Foi em busca de raciocínios de pessoas que vivenciam as consequências deles. Essa experiência de alteridade o fez conceber que nenhum costume podia ser tomado como o certo, ou o mais verdadeiro, devido a pluralidade que encontrou. Não havendo, pois, nenhuma certeza no “livro do mundo”, ele passou a “estudar também a [si] mesmo” (DESCARTES, 1996, p. 14). Em outras palavras, tendo feito essa análise de todo o seu conhecimento adquirido por meio do estudo de diversas coisas, lugares e pessoas, ele não se dá por satisfeito com a falta de certeza que elas emanam. Se o conhecimento seguro não estava no mundo, talvez, pensou, estivesse nele mesmo.

Isolado do mundo, então Descartes conclui outra coisa importante: “[...] freqüentemente

não há tanta perfeição nas obras compostas de várias peças, e feitas pelas mãos de vários mestres, como naquelas em que apenas um trabalhou” (DESCARTES, 1996, p. 15). Aplicando essa consideração a vários exemplos, ele decide que, para ter uma perfeição em seu conhecimento, precisa ter certeza primeiramente que as bases deste estão bem estabelecidas. Então, como se seu conhecimento fosse um edifício, ele decide destruir tudo para poder reconstruir do zero. Ou seja, para ter um conhecimento seguro, Descartes procura “[...] se desfazer de todas as opiniões antes aceitas como verdadeiras” (DESCARTES, 1996, p. 19).

Antes disso, contudo, procurou estabelecer o verdadeiro método para o conhecimento que iria adotar. Afinal, como ele poderia saber que caminho guiar seu bom senso *depois* de ter se desvencilhado de todas as suas opiniões? Pensou na lógica, mas ela não possibilita conhecer coisas novas, seus silogismos e a maior parte de suas outras instruções servem mais para explicar aos outros as coisas que se sabem, ou mesmo, como a arte de Lúlio, para falar sem discernimento daquelas que se ignoram, do que para prendê-las; e, embora ela contenha efetivamente preceitos muito verdadeiros e muito bons, existem, misturados a eles, tantos outros que são nocivos ou supérfluos, que é quase tão difícil separá-los quanto tirar uma Diana ou uma Minerva de um bloco de mármore que ainda não está esboçado. Pensou na geometria e na álgebra, mas, abstratas demais, a primeira se atém às figuras até à fadiga e a segunda, se atém demasiadamente às regras e sinais (DESCARTES, 1996, p. 21-22). E, então, resolveu montar seu próprio método, reunindo apenas os benefícios dos três métodos acima. Seu método possui apenas, mas necessariamente, os quatro princípios abaixo:

[...] nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. [...] dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las; [...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; [...] E, o último, fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir (DESCARTES, 1996, p. 23).

Por meio desse método, então, Descartes buscou alcançar as primeiras verdades depois de ter duvidado de tudo. Esse método tem, antes de tudo, uma preocupação em não adotar algo errado sem perceber isto. Por isso, por esse método, Descartes está disposto a duvidar de

Como indicamos na Introdução, desconsideramos a “Terceira Parte” do *Discurso do método* porque nela Descartes se preocupa com um possível impasse moral, e nossa questão principal aqui é a necessidade de Deus para o conhecimento.

tudo, e aceitar somente aquilo que *não pode ser duvidado*. Esse é o primeiro e mais importante princípio, o da clareza e distinção: por conta dele, Descartes não pretende aceitar prejulgamentos e opiniões simplesmente recebidos, nem algo cuja clareza e distinção, ou seja, cuja evidência não esteja garantida. A clareza e distinção precisa ser tanta que não se possa negá-la. São essas quatro regras, a clareza e distinção, a análise, a ordem e a enumeração (SILVA, 2005, p. 30-31) que compõem, pois, o método cartesiano.

Descartes põe, então, sua dúvida em prática. Ela prescreve “rejeitar como absolutamente falso tudo em que pudesse imaginar a menor dúvida” (DESCARTES, 1996, p. 37). Afim de ver se depois disso não restaria em minha crença alguma coisa que fosse inteiramente indubitável. Assim, como os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. Com isso em mente, ele rejeita todo conhecimento *sensível* que possui, porque os sentidos às vezes nos fazem acreditar em ilusões de ótica, por exemplo. Em seguida, rejeita todo o seu conhecimento *matemático*, porque é também comum que alguém erre no desenvolvimento de alguma demonstração e é bem possível que Descartes tenha aceito um conhecimento matemático falso como verdadeiro. Na verdade, todo conhecimento presente no espírito de Descartes *poderia* ser falso, pois ele poderia estar sonhando sem saber (DESCARTES, 1996, p. 37-38).

Desse modo, todo e qualquer conhecimento foi retirado do pensamento por meio da dúvida, porque poderiam ser falsos. E então Descartes encontra sua primeira verdade indubitável:

Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de a abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava (DESCARTES, 1996, p. 38).

Ou seja, não se pode duvidar do que se duvida. A dúvida é uma atividade do pensamento. Portanto, não se pode duvidar da existência do pensamento. “*Penso, logo existo*” resume a evidência dessa verdade. Tendo certeza indubitável da existência do eu, isto é, sua própria existência, Descartes passa a averiguar *o que* ele é e conclui que é uma “substância cuja essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material”. Este eu é, pois, imaterial e se distingue do corpo, sendo, portanto, a *alma*, que, “mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é” (DESCARTES, 1996, p. 38-39).

Como saber que “penso, logo existo” mostra uma verdade indubitável? Basta lê-la ou fala-la e fica claro que o que ela diz é verdade. A sua verdade é, então, clara e distinta. Descartes passa, então, a buscar outras ideias que sejam tão claras e distintas quanto a primeira verdade. Todavia, ao invés de ir diretamente avaliar as ideias das coisas do mundo que ele possuía em seu pensamento, para assim reestabelecer um conhecimento do mundo, Descartes passa a investigar por que ele, um ser imperfeito, finito, tem em sua mente a ideia de algo perfeito, como o conhecimento que procura, e algo infinito, como Deus. Antes de mostrarmos rapidamente como Descartes desenvolve sua prova da existência de Deus no *Discurso do método*, pensemos: se Descartes havia estabelecido para si o método, com suas regras, como o modo seguro e suficiente de conduzir a razão em direção à verdade, por que, então, logo após mostrar quão verdadeira era a existência da alma humana, ele procura mostrar que a existência de Deus também é verdadeira? A argumentação de Descartes é: o homem tem em seu pensamento as ideias de infinito, de eterno, de imutável, de perfeito e outras tantas ideias que não se aplicam a ele mesmo. Ora, um ser finito e imperfeito (já que duvida) como o ser humano não pode, para Descartes, criar a ideia de algo infinito e perfeito, pois a consequência seria maior do que a sua causa, e o ser perfeito seria dependente do imperfeito. Então, essas ideias só podem ter sido colocadas no pensamento do ser finito pelo próprio ser infinito. E esse ser infinito é chamado de Deus. Portanto, é necessário que, provada a existência da alma humana, prove-se também a existência de Deus. Inclusive porque, se a alma humana estivesse sozinha, ela mesma teria que colocar em si ideias que antes não possuía, ou seja, a alma humana teria que, ela mesma, aumentar o seu conhecimento por si só, o que o próprio desejo de Descartes de conhecimento prova não ser o caso (DESCARTES, 1996, p. 40).

O modo como Descartes faz isso pode, num primeiro momento, parecer orgânico, até ingênuo, descompromissado. Como se provar a existência de Deus fosse uma consequência natural da prova da alma humana. Mas, como defendemos, não é assim que as coisas ocorreram. Se ele estava tão preocupado em estabelecer um conhecimento seguro para si e seus contemporâneos, não deveria ter se voltado imediatamente para as suas ideias das coisas do mundo externo, para averiguar quais eram claras e distintas? Existe, como mostraremos, uma necessidade que faz Descartes se virar para Deus antes de focar o mundo. Na verdade, Descartes é *obrigado* a provar essa existência de Deus para focar o mundo externo.

3. O MÉTODO E DEUS

Antes de abordamos *por que* Descartes prova a existência de Deus, mostraremos

rapidamente o que ele pensa sobre o conhecimento divino. Lembremos, primeiramente, o que Descartes pensava sobre o conhecimento de Deus na “Primeira Parte” do *Discurso do método*. Essas são suas palavras:

Eu revererava nossa teologia, e pretendia, tanto quanto qualquer outro, ganhar o céu; mas, tendo aprendido, como coisa muito certa, que o caminho não é menos aberto aos mais ignorantes do que aos mais doutos, e que as verdades reveladas, que a ele conduzem, estão acima de nossa inteligência, não teria ousado submetê-las à fraqueza de meus raciocínios, e pensava que, para empreender examiná-las e ser bem-sucedido, era necessário ter alguma assistência extraordinária do céu, e ser mais que um homem (DESCARTES, 1996, p. 12).

Nessas palavras, vemos que o posicionamento de Descartes, em relação a Deus, era de um certo afastamento. Isto é, mostram a concepção de que a razão não pode conhecer plenamente Deus. As verdades que compõem um conhecimento de Deus são *reveladas*, ou seja, enviadas a nós pela própria divindade. Não é a razão humana que pode, por raciocínios fracos, escalar até os céus e conhecer Deus. É preciso, enfim, um tipo de “assistência do céu”. E, se é preciso “ser mais que um homem” para ter esse conhecimento divino, que a teologia propõe construir, e se é a racionalidade que constitui a natureza humana, então não é a razão humana que pode conhecer plenamente Deus.

A teologia não é, portanto, o interesse de Descartes no *Discurso do método*. No entanto, deixemos estabelecido algo: a abordagem que Descartes faz de Deus na Quarta Parte da obra não é baseada na revelação divina, mas se baseia no ponto de vista do conhecimento racional e filosófico (MARÍAS, 2004, p. 235). Na verdade, para o filósofo afirmar a existência de Deus, ele está se apoiando fundamentalmente na ideia *inata* que temos de Deus. E, se essa ideia foi posta em nossa alma pelo próprio Deus, isso significa, logicamente, que Deus existe. Essa ideia é inata porque o próprio Criador de nossa alma marcou nesta sua ideia, como uma marca: “[...] no homem se encontra a *imagem* de Deus, que permite chegar ao conhecimento deste” (MARÍAS, 2004, p. 236). Partindo, então, da natureza da alma humana, a primeira verdade, Descartes a compara com a ideia de Deus e, intelectualmente, conclui que todas as propriedades que excedem a sua própria natureza não podem ter sido criadas por ele. Portanto, vêm de algo e este algo, como vimos, é Deus. Podemos dizer, assim, que Descartes parte da natureza finita e imperfeita da alma humana, baseia-se nos resquícios de infinitude e perfeição nele e “chega” racionalmente a Deus.

Tendo mostrado que esse conhecimento de Deus, no *Discurso do método*, não está baseado em verdades reveladas, típicas da teologia, mas que se baseiam antes de tudo na

natureza finita e imperfeita do ser humano, foquemo-nos agora no motivo pelo qual Descartes recorreu a essa prova da existência de Deus.

Após ele estabelecer a alma humana e Deus como a base de sua metafísica, Descartes defende que é o próprio Deus que garante a clareza e distinção das ideias como o elemento que nos garante a sua verdade: “[...] aquilo mesmo que há pouco tomei como regra, ou seja, que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras, só é certo porque Deus é ou existe, e é um ser perfeito, e tudo o que existe em nós vem dele” (DESCARTES, 1996, p. 44). Por quê? Como Descartes chega nessa conclusão?

Ora, Descartes havia encontrado a necessidade da existência de um ser superior a ele, um ser perfeito e infinito. Mas, como saber que ser era este? Se era este ser que colocava as ideias em mim, por que ele não poderia ser um ser que estava me enganando, fazendo-me tomar por evidente e, portanto, verdadeiro, aquilo que era, realmente, falso? Em outras palavras, minha evidência, enquanto sujeito pensante, pode ser algo em que algum ser poderoso me fez crer. Se tomo como evidente algum erro, então estou sendo enganado por um gênio maligno. Se Deus existir, então minha evidência está garantida, já que Deus jamais me faria me enganar (Cf. MARÍAS, 2004, p. 235).

Portanto, esse é um fator que compõe a necessidade de provar a existência de Deus. Ou seja, a demonstração da existência de Deus se torna imperativa porque só assim se poderia afastar qualquer possibilidade de o meu critério de clareza e distinção, ou, o que é o mesmo, da evidência das ideias não ser suficiente para provar a verdade delas. Daí Descartes afirmar que, se essa existência de Deus não for aceita, não há qualquer outra maneira de sair da dúvida sobre todo tipo de conhecimento:

[...] como sabemos que os pensamentos que ocorrem em sonhos são mais falsos que os outros, já que muitas vezes eles não são menos fortes e expressivos? E, por mais que os melhores espíritos os estudem, não creio que possam dar alguma razão que seja suficiente para dissipar essa dúvida se não pressupuserem a existência de Deus (DESCARTES, 1996, p. 44).

Desse modo, fica estabelecido que essa existência de Deus garante que o critério da clareza e distinção seja suficiente para estabelecer a verdade de alguma ideia. Porém, que tipo de relação tem Deus com a clareza e distinção das ideias e noções que temos? Depois de provar que todas as nossas ideias provêm de Deus, Descartes toma como princípio seguro que, por conta da própria natureza perfeita e infinita de Deus, as ideias que Ele nos dá são verdadeiras, claras, distintas, indubitáveis. Pois, para o filósofo, a falsidade das nossas ideias e noções não pode provir de Deus, mas somente de nossa própria natureza imperfeita, uma vez

que, sendo a falsidade e o engano, antes de tudo, imperfeições, elas não podem ter origem em Deus. Em outras palavras, Descartes estabelece que toda verdade e perfeição das ideias provêm de Deus, e todas as ideias falsas, confusas e obscuras provêm de nossa própria natureza limitada. Só se pode, então, chegar à verdade partindo da existência de Deus; caso contrário, nossa natureza limitada não conseguiria se livrar totalmente, em nenhum momento, da dúvida (DESCARTES, 1996, p. 44). Descartes é claro quanto a esse último ponto:

[...] se não soubéssemos que tudo o que existe em nós de real e de verdadeiro vem de um ser perfeito e infinito, por mais claras e distintas que fossem nossas ideias, não teríamos razão alguma que nos assegurasse que elas têm a perfeição de ser verdadeiras (DESCARTES, 1996, p. 44-45).

Essa declaração nos é útil por dois motivos. Primeiro, porque resume o ponto que viemos apresentando, e, segundo, porque nele se expressa a relação necessária entre Deus e o método cartesiano.

Lembremos: a clareza e distinção das ideias constituem o primeiro critério do método. Podemos até dizer que, por ser ele aquele que nos faz primeiramente aceitar algo como verdadeiro (já que a clareza e distinção impossibilitam a dúvida), é o critério mais importante do método. É justamente por ele que se estabelece a primeira verdade indubitável da filosofia cartesiana, o *cogito*, isto é, a existência do eu enquanto ser pensante comprovada pelo ato do pensamento. Como disse Descartes (e como já mostramos na primeira parte do trabalho), a verdade do juízo “Penso, logo existo” (*Cogito, ergo sum*) é garantida porque esse juízo expressa uma ideia clara e distinta. Lembremos também que quando Descartes demonstra essa verdade indubitável, a existência de Deus ainda não havia sido demonstrada. Sendo assim, o critério da clareza e distinção, no momento da prova da existência do ser pensante, foi suficiente. Ou seja, Descartes não precisou da existência de Deus para provar que “Penso, logo existo” era uma verdade indubitável, já que sua evidência mostrava à nossa razão essa verdade. O que o faz, então, dizer posteriormente que, sem Deus, nem mesmo a clareza e distinção das ideias comprovam sua verdade?

Procuraremos mostrar, a partir de agora, como a existência de Deus é o fundamento da objetividade da verdade.

O método é, antes de tudo, destinado a ser usado *depois* que Descartes duvida de tudo, principalmente da existência verdadeira do mundo externo. Na verdade, é o próprio afastamento de tudo que, em certa medida, acentua a existência desse eu que fundamenta todo o pensamento do mundo. Quando começa a usar o método, ele se vê, pois, isolado em si mesmo. Portanto, o critério da clareza e distinção não será aplicado diretamente às coisas do

mundo externo ao ser pensante, mas *unicamente* às ideias que se encontram no próprio ser pensante. Em outras palavras, a minha razão vai averiguar a clareza e distinção das ideias que tenho em meu pensamento, e não a clareza e distinção das coisas matérias no mundo: “A verdade é algo a ser procurado no próprio sujeito, na ciência que está nele mesmo” (SILVA, 2005, p. 31-32). É nesse sentido que toda verdade decorrente do método é *subjetiva*. Pois, está baseada na subjetividade.

Se os requisitos metódicos forem cumpridos, a representação não poderá ser colocada em dúvida, e a *certeza* do sujeito corresponderá à evidência, que é uma visão objetiva da verdade (*vidência*). O método proporciona então o encontro de uma verdade *subjetiva*, isto é, no sujeito.

Em outras palavras, essa verdade garantida pelo método é a união da certeza (subjetivo) e da evidência (objetivo). Por exemplo, eu posso ter a certeza de que algo é verdadeiro, mas, mesmo assim, na realidade objetiva esse algo pode ser falso; por outro lado, se tenho a evidência de algo no mundo, tenho a comprovação objetiva de sua existência. Como Descartes está partindo sempre do sujeito como base de sua filosofia, essa relação sujeito-objeto é percebida do ponto de vista do próprio sujeito. Daí que todas as verdades são subjetivas. Mas, como o método garante que a certeza (visão subjetiva da verdade) corresponda à evidência (visão objetiva da verdade), essas “verdades subjetivas” não significam que elas só sejam verdadeiras para os sujeitos que as pensem, mas apenas que elas estão baseada na subjetividade como “lugar e fundamento da verdade” (SILVA, 2005, p. 32).

Como sabemos, a primeira verdade é o “Penso, logo existo”, que comprova a existência do ser pensante. Porém, nesse momento, Descartes está preso em si mesmo, isto é, na dimensão do sujeito, num solipsismo. Porque, neste caso, a verdade subjetiva está mostrando a verdade da própria subjetividade. Portanto, certeza e evidência aqui se referem ambos ao sujeito: tenho certeza que existo e é evidente que existo. Mas, se Descartes for se referir às coisas do mundo, por exemplo? Ele pode ter certeza da existência de algo, mas o que garantirá que essa existência seja evidente? Clarifiquemos esse ponto: para avaliar as verdades do mundo externo, Descartes está averiguando a clareza e distinção das ideias das coisas matérias que estariam nesse mundo externo. Se as ideias forem claras e distintas, então, para ele, o objeto correspondente à ideia é real no mundo externo.

Mas, a dificuldade é: ele só pode concluir essa verdade objetiva, em última instância, de *dentro* da dimensão subjetiva. Isso significa que não só a certeza, mas também a evidência se restringe à dimensão subjetiva, uma vez que essa evidência é a evidência das ideias, e não das coisas das quais elas são representações. Portanto, em relação a essa verdade objetiva

em tese garantida a partir da dimensão subjetiva, poderia ser feita sempre a pergunta: como Descartes pode ter certeza que a verdade que ele concluiu como objetiva seja, *realmente*, objetiva? Ou seja, se Descartes concluir que a clareza e distinção de determinada ideia provam que seu objeto correspondente no mundo externo de fato existe, como ele poderá averiguar isso *no próprio mundo externo* se havia excluído todo conhecimento empírico como falso? (Cf. REALE; ANTISERI, 1990, p. 371).

É aqui que o papel de Deus se mostra como importante: para se religar ao mundo externo e sair assim de seu solipsismo, Descartes recorre à mediação de Deus. "Assim como o Deus Enganador era condição da dúvida no seu caráter mais radical, também a demonstração da existência de Deus (não-enganador) será a condição mais geral da objetividade" (SILVA, 2005, p. 55). Para tal, torna-se necessário a demonstração da existência de Deus, ou seja, a demonstração de que sua ideia é objetiva. Provando-se que a ideia de Deus não é só subjetiva, mas objetiva, prova-se a possibilidade de qualquer outra ideia também ser subjetiva e objetiva.

Deus serve como fundamento da objetividade da verdade baseada no sujeito: Ele é o elo entre o sujeito e o mundo externo, porque "O eu e o mundo são duas substâncias criadas, finitas, e seu fundamento ontológico é Deus, a substância infinita" (MARÍAS, 2004, p. 238). A ideia que Descartes tem em mente quando escreve "Deus" é, pois, de criador do mundo e do homem. Sendo nosso criador e do mundo, a existência de Deus nos dá confiança sobre nosso próprio poder cognoscitivo e garante a imutabilidade das leis na natureza:

A idéia de Deus em nós, como a marca do artesão na sua obra, é utilizada para defender a positividade da realização humana; do ponto de vista do poder cognoscitivo, a sua natural capacidade de conhecer o verdadeiro; e, no que se refere ao mundo, a imutabilidade de suas leis (REALE; ANTISERI, 1990, p. 373).

Ao nos perguntarmos como é que Deus faz a ligação entre sujeito e mundo, voltamos ao momento em que falávamos como a própria natureza de Deus garante a verdade, e como a nossa própria natureza falha, imperfeita e finita nos leva ao erro. Para DESCARTES (1996, p. 66), apenas nossa alma é criada por Deus e posta no corpo de modo a se unir a este, ainda que seja independente em relação a ele. E, diferentemente das almas dos animais, a nossa é imaterial, imortal e racional. É Deus, portanto, quem cria nossa razão. Sendo ele perfeito, sua criação também o será. É por isso que logo no início do *Discurso do método* Descartes defende tanto que não é a falta de razão que leva ao erro, mas seu mau uso: todos os humanos nascem, potencialmente, com uma alma racional. Além disso, é da própria natureza de Deus ser incompatível com o engano:

Para Descartes, é óbvio que a capacidade de enganar não é *poder*, mas *carência*, visto que erro e engano estão ligados à negatividade do ser finito. Quando ainda não conhecia Deus, mas fazia dele uma mera *opinião*, podia supor que o seu infinito poder incluísse a capacidade de me induzir ao erro. Mas depois de conhecer de forma demonstrativa o real significado da onipotência divina, vejo que aquela opinião não tinha sentido, pois um ser soberanamente perfeito não pode promover a falsidade e, portanto, não pode me levar a ter como verdadeiro o que de fato não o é (SILVA, 2005, p. 60).

Seguindo, então, a razão prudentemente, pode-se, enfim, se aproximar da verdade. A minha natureza racional, criada por Deus, é nossa parcela perfeita, e todo o erro em que caímos não é senão culpa de nós mesmos, que não sabemos seguir nossa razão (Cf. REALE; ANTISERI, 1990, p. 375). Ou, em palavras mais diretas:

[...] sob a força protetora de Deus, as faculdades cognoscitivas não podem nos enganar, já que, nesse caso, o próprio Deus, que é o seu criador, seria responsável por tal engano. E Deus, sendo sumamente perfeito, não é mentiroso (Cf. REALE; ANTISERI, 1990, p. 373).

Portanto, é por conta dos atributos divinos do meu criador e do mundo que eu posso confiar nas minhas capacidades de conhecimento e nas leis que regulam o mundo externo. “Deus, fundamento ontológico do eu e das coisas, é quem torna possível que o mundo seja sabido pelo homem” (MARÍAS, 2004, p. 238). Ou seja, é Deus quem garante que todas as minhas ideias claras e distintas do mundo não sejam apenas criações da minha imaginação. Se fossem, então minha ideia de Deus, este ser perfeito, seria criação minha, ou seja, de um ser imperfeito, o que é um absurdo para Descartes. Portanto, Deus nos liga ao mundo. Graças a sua existência, temos como garantido que as ideias do eu pensante possam ser verdadeiras objetivamente, tendo ligação com o mundo: elas são reflexos da realidade das coisas.

Tragamos à tona, agora, como Descartes expõe esse fundamento divino da objetividade do conhecimento:

Ora, depois que o conhecimento de Deus e da alma deu-nos assim a certeza dessa regra (clareza e distinção), é bem fácil saber que os sonhos que imaginamos durante o sono não devem de modo algum fazer-nos duvidar da verdade dos pensamentos que temos quando acordados. Pois se acontecesse que, mesmo dormindo, ocorresse alguma idéia muito distinta, como, por exemplo, que um geômetra inventasse alguma nova demonstração, seu sono não a impediria de ser verdadeira. E, quanto ao erro mais comum de nossos sonhos, que consiste em nos representarem diversos objetos exteriores da mesma maneira como fazem nossos sentidos, não importa que ele nos leve a desconfiar da verdade de tais idéias, porque elas também nos podem enganar sem estarmos dormindo: como quando quem está com icterícia vê tudo amarelo, ou quando os astros ou outros corpos celestes muito afastados nos parecem muito menores do que o são. Pois, enfim, quer estejamos acordados, quer dormindo, nunca nos devemos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão (DESCARTES, 1996, p. 45).

Vemos, então, que, para Descartes, a regra da clareza e distinção se torna forte o suficiente, graças ao fundamento de sua objetividade chamado Deus, para enfrentar a possibilidade do erro que a relação realidade-sonho nos coloca. Ou seja, a simples possibilidade de estarmos sonhando não mais serve para destituir de verdade o conhecimento do mundo. O que importa agora, realmente, é a evidência de uma ideia. Além disso, é a regra da evidência também que serve de critério para se distinguir com certeza quando estamos sonhando e quando estamos acordados, já que “nossos raciocínios nunca são tão evidentes nem tão inteiros durante o sono como durante a vigília” (DESCARTES, 1996, p. 46).

Por fim, o último ponto a ser levantado no presente trabalho é sobre a relação hierárquica entre o sujeito pensante e Deus. Afinal, qual dos dois é fundamento da verdade, das ideias? Um fundamenta o outro?

Vimos que, depois de duvidar de tudo o que era possível, Descartes encontra o próprio sujeito pensante como indubitável, constituindo-se, assim, como a *primeira verdade*. Depois, da natureza finita desse sujeito pensante, ele infere a existência de um Ser perfeito e infinito, sendo este Ser o criador do mundo e da própria alma, a saber, Deus. Deus é, pois, a *segunda verdade*. Ora, sendo a primeira verdade, o sujeito deveria ser o fundamento de absolutamente tudo. Mas, ao provar a existência de Deus como criador, Descartes está mostrando que é Deus, e não o sujeito pensante, o fundamento do mundo e da própria alma. Isso significa que na verdade é Deus, e não o sujeito pensante, a verdade mais fundamental?

Na verdade, como diz SILVA (2005, p. 60):

Deus é a razão de ser de todas as verdades. [...] o Eu pensante é a razão de ser de todos os pensamentos, não de todas as verdades. Mesmo a verdade relativa a si próprio, já tida como inquestionável antes da prova da existência de Deus, funda-se realmente em Deus.

O Eu pensante é a primeira verdade da ordem do pensamento, enquanto Deus é a primeira verdade da ordem do ser. Lembremos que Descartes, após a dúvida hiperbólica, está recluso ao domínio do pensamento, e é a partir dela que avaliará toda verdade. A segunda verdade da ordem do pensamento é a constatação da existência de Deus, a primeira verdade da ordem do ser. Ou seja, depois que Eu constato minha própria verdade como a primeira de tudo o que pode ser pensado, constato que um Ser perfeito é o responsável por minha existência, por minha capacidade cognoscitiva, pela verdade e por todas as ideias que possuo em meu pensamento. Devido as naturezas do sujeito pensante e de Deus, quando o sujeito alcança Deus se trata, na verdade, do relativo alcançando o absoluto, do finito alcançando o infinito. Nesse sentido, o finito, o relativo, enfim, a dimensão do pensamento se torna

caminho necessário para se chegar à dimensão *realmente* fundamental, a ordem do ser, onde Deus existe real e infinitamente. Há, portanto, uma inversão: se é pelas razões internas ao sujeito pensante que alcanço a realidade objetiva de Deus, é somente quando alcanço esta que percebo que é Deus o fundamento de mim mesmo, pois é ele que me dá o corpo, a alma, a razão, as ideias e, em última instância, a verdade. Em suma: “O finito teve de partir do finito; mas ao atingir o infinito reconhece que a *realidade* infinita é princípio e funda inclusive o pensamento, que foi apenas o meio utilizado para atingi-la” (SILVA, 2005, p. 61).

Deus é visto, pois, como, em última instância, o fundamento da verdade, do sujeito pensante, do mundo. Enfim, parte-se de nossa própria natureza finita como fundamento num primeiro momento para se averiguar, quando essa natureza chega ao seu máximo de conhecimento, que é de fato a natureza infinita de Deus que nos fundamenta. Somente, assim, com um primeiro fundamento (sujeito pensante) que se chega a um segundo fundamento (Deus), que fundamenta o primeiro.

É, portanto, somente no domínio do pensamento que o sujeito pensante é fundamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, vimos que Descartes, após apresentar a existência do sujeito pensante como uma verdade indubitável, tenta prontamente provar a existência de Deus, dando-lhe um papel importantíssimo dentro de sua concepção da relação Sujeito-Deus-Mundo: Descartes se vê obrigado a provar essa existência divina porque somente assim ele poderia tornar seguro e bem fundamentado todo conhecimento que pudesse ter, já que Deus se mostra como fundamento da objetividade de todo conhecimento que o sujeito chegue a descobrir em si através do uso do método. Somente Deus pode garantir que a clareza e distinção de uma ideia são os critérios suficientes para termos certeza que essa ideia é uma representação fiel de algo real no mundo externo.

É interessante, enfim, ver como o primeiro filósofo da modernidade ao mesmo tempo se afasta dos moldes medievais de filosofia, já que está pondo o sujeito como fundamento da verdade, embora Deus seja o fundamento da objetividade de conhecimento, lembremos que a primeira verdade é o *cogito* e que absolutamente toda verdade será avaliada do ponto de vista do sujeito, e dá uma importância tão grande à ideia de Deus dentro da modernidade, uma época ao que tudo indica predominantemente secular; o mais interessante é ver como a existência desse Deus alcançado, ainda que não totalmente, pela razão se torne fundamento da própria ciência, uma vez que é a existência de Deus que liga sujeito e mundo externo, fundamenta as faculdades cognoscitivas do primeiro e garante a imutabilidade das leis do segundo, possibilitando assim que o sujeito conheça cientificamente o mundo.

Deus é, pois, a ponte que religa o sujeito ao mundo, depois que o primeiro se isolou em si mesmo.

GOD'S ROLE IN THE *DISCOURSE ON THE METHOD* BY DESCARTES**ABSTRACT**

The present work aims to show why the french philosopher René Descartes (1596 - 1650) try to demonstrate God's existence after proving the Subject's existence on *Discourse on the method* (1637). To do this, it uses some Descartes commentators' works and his own book. This work shows that the french philosopher needs to prove God's existence to ensure the objectivity of knowledge which Subject has. In other words, God serves as an bridge between Subject and the external world. Thus, this God of Descartes serves as well to possibilitate all the scientific knowledge.

Keywords: God. Method. Knowledge.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARÍAS, J. Descartes. In: **História da filosofia**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 229-241.

REALE, G.; ANTISERI, D. Descartes: “o fundador da filosofia moderna”. In: **História da filosofia: do Humanismo a Kant**. Tradução: L. Costa; H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1990, p. 350-388.

SILVA, F. L. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.